

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/336798839>

Mulheres Negras em Movimento(s): trajetórias, intersecções e novos cenários para a teoria e práxis feminista negra no Brasil

Research Proposal · October 2019

DOI: 10.13140/RG.2.2.15287.68009

CITATIONS

0

READS

30

1 author:



Cristiano dos Santos Rodrigues

Federal University of Minas Gerais

9 PUBLICATIONS 30 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



book on race [View project](#)



Black Movements, State and institutional participation in Brazil and Colombia in comparative perspective. [View project](#)

Proposta de Pesquisa
Chamada Universal MCTI/CNPq/ N° 01/2016

A – Identificação da Proposta

Título: Mulheres Negras em Movimento(s): trajetórias, intersecções e novos cenários para a teoria e práxis feminista negra no Brasil

Coordenador/Proponente: **Cristiano dos Santos Rodrigues**, Graduado em Psicologia (UFMG), Mestre em Psicologia Social (UFMG) e Doutor em Sociologia (IESP-UERJ), com ênfase em teorias de movimentos sociais e impacto político-institucional do ativismo negro na América do Sul. Realizou estágio de doutoramento no Departamento de Sociologia e no Center for Research and Education on Gender and Sexuality (CREGS) da San Francisco State University. Atualmente é Professor Adjunto A do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, onde integra o grupo de pesquisadores e professores do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) e do Bacharelado de Estudos em Gênero e Diversidade (BEGD). Também atua como pesquisador junto ao Programa A Cor da Bahia e ao Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência de pesquisa e publicações nas seguintes áreas temáticas: relações raciais, gênero, interseccionalidade, teorias de movimentos sociais, políticas públicas focalizadas e teoria democrática.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4744194361425598>

Resumo: A presente pesquisa busca identificar e analisar a trajetória do feminismo negro no Brasil contemporâneo, seus resultados teórico-políticos e apontar para seus cenários emergentes de intervenção. Para tal, a pesquisa se fundamentará em quatro eixos centrais e complementares. O primeiro diz respeito às disputas e negociações internas aos movimentos de mulheres negras para a construção de uma gramática político-discursiva em torno das intersecções das múltiplas formas de opressão (em especial gênero, raça e classe) e de formação de identidades coletivas. O segundo é voltado para compreender as estratégias e os repertórios de ação voltados para

inserção e incidência em espaços institucionais de participação e representação junto a diferentes esferas estatais. O terceiro envolve a análise do incipiente, mas já profícuo, campo feminista negro acadêmico. O último eixo volta-se para a compreensão do ciberativismo de jovens mulheres negras discutindo não apenas suas estratégias discursivas, mas também a transmissão intergeracional do feminismo negro, suas continuidades e rupturas e os novos sentidos atribuídos ao feminismo negro e suas variantes mais contemporâneas, tais como o feminismo interseccional. Ao se debruçar sobre um campo de pesquisa ainda recente na academia brasileira este estudo poderá subsidiar o debate sobre políticas públicas voltadas, em particular, para as mulheres negras, além de inserir o debate sobre os novos cenários de ativismo de mulheres num campo de reflexão mais amplo sobre a pluralização dos feminismos brasileiros e latino-americanos. Por fim, os resultados dessa pesquisa podem contribuir para um melhor entendimento sobre os diversos espaços de mobilização política de mulheres negras no início do século XXI e seu impacto em diferentes âmbitos da vida sociopolítica do país.

A1 – Antecedentes

Este projeto de pesquisa marca tanto o aprofundamento de pesquisas desenvolvidas anteriormente pelo proponente quanto sua recente inserção profissional como professor/pesquisador junto ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM-UFBA). No NEIM o proponente integra o Grupo de Pesquisas Tempo - Trilhas do Empoderamento de Mulheres, liderado pelas professoras Cecília Sardenberg e Márcia dos Santos Macedo, cujo objetivo é investigar os diversos campos de ação dos feminismos brasileiros na contemporaneidade, identificando e analisando suas conquistas, limitações e desafios.

Desde o mestrado (Rodrigues, 2006) e prosseguindo no doutorado (Rodrigues, 2014), o proponente deste projeto tem orientado suas investigações para dois campos distintos, mas interrelacionados, de pesquisa. Por um lado, tem envidado esforços em promover uma maior articulação entre a sociologia das relações raciais e o campo de estudos sobre gênero e feminismos no Brasil. Por outro, vem se dedicando a

investigar o trânsito institucional de movimentos sociais que atuam na interseção entre gênero e raça junto ao Estado.

Em sua pesquisa de mestrado, Rodrigues (2006) investigou a consolidação do movimento autônomo de mulheres negras a partir dos anos 1980, seus aspectos distintivos em relação aos movimentos feministas e negros, bem como suas redes de solidariedade para com estes e outros movimentos. Os resultados desta pesquisa apontavam para alguns aspectos distintivos da atuação política de mulheres negras nas últimas três décadas. A consolidação do movimento de mulheres negras se deu gradualmente. Inicialmente as ativistas negras promoviam, no interior do movimento de mulheres e do movimento negro, uma dupla militância. Tratava-se, nas palavras de Sueli Carneiro, de sexualizar a agenda do movimento negro e de enegrecer a agenda do movimento feminista. Posteriormente, assiste-se a um processo de autonomização do movimento de mulheres negras.

Malgrado as divergências internas no tocante à projeção nacional do movimento e às formas de organização, ativistas negras foram conseguidas, indubitavelmente, inserir suas reivindicações nas agendas de outros movimentos sociais (notadamente nos movimentos negros e feministas) e na condução de políticas públicas focalizadas no país. As ativistas negras mostraram-se especialmente competentes em acessar a esfera político-institucional como cenário prioritário de ação. O movimento procurou instar o estado e a sociedade civil por direitos civis, econômicos e políticos para a população negra brasileira sem desconsiderar suas clivagens de gênero e classe.

Em sua tese de doutorado, Rodrigues (2014) amplia o escopo de sua pesquisa anterior para pensar um conjunto mais amplo de organizações negras em dois contextos nacionais distintos, o brasileiro e o colombiano. Uma das perguntas centrais da tese é a seguinte: como países marcados por histórias bastante semelhantes de colonização e escravidão africana vieram a produzir mecanismos tão distintos para lidar com a diversidade étnico-racial? O autor argumenta que a partir de finais da década de 1980 vários países latino-americanos, incluindo Brasil e Colômbia, passaram a adotar constituições que, em contraste com modelos anteriores de mestiçagem e harmonia racial, ressaltavam, em graus variados, o caráter multicultural e pluriétnico de suas populações. Haveria, no conjunto dessas novas cartas constitucionais, a promessa estatal de promover políticas públicas e legislações que

mitigassem as desigualdades sóciorraciais e garantissem direitos de cidadania às minorias.

Rodrigues (2014), argumenta que essa mudança, aparentemente drástica, no entendimento das relações étnico-raciais dentro dos países latino-americanos pode também ser creditada ao aumento de uma circulação global de ideias em torno do multiculturalismo e do forte intercâmbio entre organizações locais dos movimentos negros, ONGs e agências internacionais, notadamente a Fundação Ford e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa complexa articulação entre atores políticos nacionais e internacionais se materializou na abertura de uma estrutura de oportunidades políticas para os movimentos negros em ambos os países. Contudo, o desenvolvimento local de estratégias por parte das organizações dos movimentos negros e as respostas estatais às reivindicações das lideranças negras se deu de maneira distinta em cada um dos países analisados. O discurso hegemônico sobre igualdade racial no Brasil tende para um caráter mais individualista e aponta para a inclusão cidadã da população negra. Na Colômbia, por outro lado, o discurso hegemônico aponta para o “direito à diferença” e o caráter autóctone, singular das comunidades negras do país andino. Como resultado, os movimentos negros brasileiros tendem a ser melhor sucedidos quando sustentam suas reivindicações a partir do discurso de igualdade de oportunidades e, na Colômbia, se dá o oposto.

Ainda em 2014 o proponente deste projeto é aprovado em concurso para a área de gênero e relações raciais no Departamento de Ciência Política da UFBA. Por conta dessa nova afiliação institucional, o proponente encontra a oportunidade de aprofundar seus projetos de pesquisa articulando debates sobre estudos de gênero, relações étnico-raciais e teoria de movimentos sociais. Em agosto de 2015 o proponente passa a desenvolver a pesquisa “Movimentos Sociais e Estado na América do Sul: trajetórias e estratégias políticas das organizações de mulheres negras no Brasil e na Colômbia”. Esta pesquisa foi aprovada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA (PROPICI-UFBA) para ser concluída em até 24 meses. Porém, por conta do contingenciamento de recursos ocorrido em 2015, não houve liberação de dotação orçamentária para a realização a pesquisa. O mesmo projeto foi, entretanto, agraciado com 2 bolsas de iniciação científica pelo Projeto Permanecer, um programa da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil

(PROAE-UFBA) que visa auxiliar na permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na universidade.

O proponente também vem trabalhando na organização de dois livros lidando com temas relativos às suas pesquisas mais recentes. O primeiro, cujo título provisório é “Perspectivas Afro-Latinas: Raça, Etnicidade e Políticas Públicas no Brasil e na Colômbia”, está organizando em parceria com os professores Vera Regina Rodrigues da Silva e Márcio André Oliveira dos Santos da UNILAB. O volume, que conta com a colaboração de 16 pesquisadores brasileiros, colombianos, norte-americanos e ingleses irá preencher uma lacuna nos Estudos da Diáspora Africana, uma vez que trará para o primeiro plano perspectivas advindas de uma região à qual tem sido tradicionalmente dada pouca consideração na literatura brasileira. Entre seus potenciais atributos está a contribuição para uma melhor compreensão das diferenças e semelhanças entre os processos de politização racial na América do Sul, especialmente para o público brasileiro, pouco familiarizados com esta tema. Este livro já encontra-se em fase de finalização e será publicado no primeiro semestre de 2017.

O segundo livro, que está sendo organizado pelo proponente e por Ana Cláudia Jaquette Pereira, doutorando em ciência política pelo IESP-UERJ e Oficial de Projeto em Gênero e Raça do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), apresentará um “estado da arte” sobre feminismo negro no Brasil. Diante da dispersão e escassez de estudos sobre a temática esse livro poderá se tornar importante fonte de consulta e debate para estudantes de graduação e pós-graduação interessados em se aprofundar nos estudos sobre gênero e relações étnico-raciais. Dessa forma, uma nova geração de pesquisadoras e ativistas pode vir a se interessar pelo estudo e a ele agregar temas negligenciados, expandir mecanismos interpretativos, entre outras questões relevantes. A intenção é que parte dos resultados obtidos a partir da realização deste projeto de pesquisa seja incorporado ao livro, que tem previsão para ser concluído em 2018.

Delineando mais precisamente, este projeto se insere numa tradição recente, mas já bastante prolífica e multifacetada, de interesse acadêmico pelo ativismo de mulheres negras e suas implicações para sua intersecção com outros campos de ação feminista e antirracista e no impacto desse ativismo para a formulação e implementação de políticas públicas locais e nacionais atentas às especificidades das

experiências de vida das mulheres negras. Este projeto se beneficiará ainda do trabalho coletivo de professoras e estudantes de pós-graduação vinculadas ao Grupo de Pesquisas Tempo - Trilhas do Empoderamento de Mulheres, que muito têm contribuído para os estudos sobre feminismo no Brasil.

B – Qualificação do principal problema a ser abordado

A presente pesquisa procura analisar as práticas políticas, repertórios de ação e discursos de ativistas, gestoras de políticas públicas e pesquisadoras vinculadas às perspectivas feministas negras que têm conquistado certa visibilidade no país desde os anos 1980 e impactado de maneira indelével diferentes vertentes do feminismo e do antirracismo brasileiros. Tomo como ponto de partida teórico-analítico a proposição de Sonia Alvarez (2014), que define os feminismos brasileiros e latino-americanos como campos discursivos de ação, forjados ao longo das últimas quatro décadas através de processos de centramento, descentramento, verticalização (mainstreaming), e mais recentemente pela pluralização de fluxos horizontais (sidestreaming) e ampliação dos campos feministas.

Ainda que falar em feminismos, no plural, denotando suas múltiplas faces, tenha se tornado recorrente no Brasil contemporâneo (Sardenberg, 2015), observa-se uma escassez de estudos, sobretudo dentro daqueles escritos que se tornaram canônicos, incorporando as perspectivas das mulheres negras à historiografia sobre a institucionalização do feminismo no país (Azeredo, 1994). Perry (2008) afirma, ao refletir sobre esse silenciamento, que no contexto da academia brasileira os afrodescendentes, em especial as mulheres, são considerados seres apolíticos.

Ao se analisar de maneira mais detida as três principais narrativas sobre a eclosão, ascensão e consolidação do feminismo e dos movimentos de mulheres no Brasil a constatação de Perry (2008) parece ainda mais verdadeira. Pinto (2003), em seu livro, *Uma História do Feminismo no Brasil*, divide o movimento feminista em dois momentos históricos, um que se inicia no final do século XIX e segue até a década de 1930 e outro pós-1968 até os dias atuais. A autora considera que tanto no velho quanto no novo feminismo há duas tendências que se sobressaem: a tendência “bem-comportada”, voltada para uma maior integração das mulheres na sociedade sem, contudo, propor uma alteração estrutural das relações de gênero; e a tendência

“malcomportada”, que enfrenta questões consideradas tabus e se posiciona a favor de uma ampla renovação societal. O livro de Pinto (2003), que estou apontando aqui como representante de uma primeira narrativa sobre o feminismo brasileiro, se baseia na história de mulheres notáveis, que se destacaram no campo da política e apenas menciona as mulheres negras ao discorrer sobre as características do feminismo na década de 1990, marcado pela dissociação entre o pensamento feminista e o movimento e pela profissionalização e onguização das organizações de mulheres.

Uma segunda narrativa aponta para a publicação de *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, tese doutoral de Heleieth Saffioti, escrita em 1967, como marco fundador do feminismo (pelo menos em sua vertente acadêmica) no Brasil. Para Grossi (2004), o feminismo brasileiro teria algumas particularidades:

Uma delas é a grande importância do caráter de luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70 (Jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres), tal como analisou Anette Goldberg. Mas, se por um lado, o movimento feminista brasileiro que surge nos anos 70 se caracteriza por um intenso compromisso político, por outro, suas participantes – majoritariamente das camadas médias intelectualizadas – tiveram sempre uma forte preocupação com a pesquisa sobre a situação daquilo que se pensava ser “a mulher brasileira” (Grossi, 2004:213).

A citação acima revela que, na trajetória do movimento feminista dos anos 1960 e 1970, o processo de “centramento” contemplava gênero e classe social, mas não necessariamente raça e outras categorias de hierarquização que, nas décadas seguintes, estariam no bojo do processo de “descentramento” e pluralização do feminismo.

Uma outra narrativa bastante comum e que, em certa medida, engloba as anteriores tende a dividir a história do feminismo em ondas, sendo a primeira onda (final do século XIX e início do XX) dirigida para a garantia de direitos civis e o sufrágio universal, a segunda (década de 1960-70) orientada para a luta por igualdade de gênero e a terceira (década de 1990) marcada pela pluralização e descentramento do movimento, ou seja, a passagem do feminismo pensando no singular para o plural (Alvarez, 1998).

De acordo com Soares (1998), o movimento feminista brasileiro dos anos 1980 passa por um processo de complexificação e diversificação, criando novas organizações e instituindo práticas como os coletivos voltados para ações dirigidas para o corpo, a saúde, a sexualidade e ao combate à violência de gênero. É neste

contexto que, segundo algumas autoras, novas atrizes entram em cena. Entre elas, as mulheres negras, que,

(...) ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas. A construção deste sujeito — as mulheres negras — trouxe maior complexidade e exige o reconhecimento das profundas diferenças culturais nas práticas das mulheres; exige também que se trabalhe, sem que se caia numa grande fragmentação, com o princípio da heterogeneidade da condição e da insubordinação das mulheres, possibilitando a existência de um campo comum na ação para construir um diálogo dentro da pluralidade (Soares, 1998:33).

Este longo preâmbulo histórico serve para que algumas das principais questões que orientam o presente projeto sejam, enfim, colocadas. Porque, em uma sociedade com 50% da população negra ou mestiça, apenas recentemente tem havido maior interesse em se promover estudos que repensem o papel das mulheres negras em movimentos feministas? Neste contexto, quais seriam as características específicas do feminismo negro, enquanto campo discursivo de ação, em relação à outros campos feministas? Seria o feminismo negro brasileiro um campo autônomo, como processos particulares de centramento, descentramento, verticalização e sidestreaming, ou apenas um dos eixos de um campo feminista mais geral? Quais as principais características do feminismo negro brasileiro contemporâneo?

O feminismo negro brasileiro, enquanto campo discursivo de ação, é bastante heterogêneo, se organizando a partir de redes que articulam pessoas, práticas, ideias e discursos, além de ser essencialmente diaspórico (estabelecendo redes de solidariedade com organizações de mulheres negras em outros países da América Latina, nos Estados Unidos e Europa, por exemplo). E, assim como ocorre em outros campos feministas, está em constante processo de disputas e negociações locais, nacionais e transnacionais com importantes impactos sobre seus repertórios e ação e em sua capacidade de influenciar outros sujeitos políticos.

“Nossos passos vêm de longe”, frase frequentemente repetida por ativistas negras tem, neste cenário, uma dupla função. Por um lado denota reverência à ancestralidade e às trajetórias de resistência cotidiana que permitem que a ocorrência de processos contínuos de (auto)definição. Por outro demonstra que, a despeito das inúmeras tentativas de silenciamento, é possível ressignificar a história de participação das mulheres negras na sociedade brasileira.

Werneck (2010), ao falar das estratégias de enfrentamento do racismo e do sexismo, reconta as histórias de Aqualtune, Acotirene e Mariana Crioula, mulheres negras líderes de quilombos durante o período colonial, para ressaltar a importância de não subscrever de maneira acrítica a tese de que as mulheres negras só emergem como (novas) atrizes políticas na década de 1970.

Outro aspecto ressaltado por Werneck (2010), e que é um dos pontos de maior divergência entre feministas brancas e negras nos anos 1970 e 1980, diz respeito à importância do trabalho doméstico na história econômica do país. Para a autora, uma história do feminismo negro terá, necessariamente, que demonstrar como o trabalho doméstico, ainda hoje uma profissão exercida principalmente por mulheres negras, é fundamental para se compreender a luta das ativistas negras por equidade racial e de gênero. Werneck (2010), cita a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas, na década de 1930 em São Paulo, por Laudelina Campos Melo, que também integrava a Frente Negra Brasileira, para exemplificar o quanto a trajetória do feminismo negro é marcada, desde o início, por estratégias políticas que articulam, raça, gênero e classe social.

A narrativa hegemônica que divide o movimento feminista em ondas desconsidera a importância histórica das lutas por igualdade racial, lideradas por mulheres negras, para o avanço do feminismo. Por essa razão, as organizações de mulheres negras brasileiras, que emergem de maneira mais contínua a partir da década de 1980, atuam em uma dupla militância, procurando, conforme demonstra Carneiro (2003), “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a agenda do movimento negro, promovendo uma ampliação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto se afirmando como sujeitos políticos quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses sujeitos.

Em 1975, no Congresso de Mulheres Brasileiras, realizado no Rio de Janeiro, houve a primeira divisão formal dentro do movimento de mulheres por conta do pertencimento racial. Ativistas negras presentes no Congresso apresentaram o *Manifesto das Mulheres Negras* no qual afirmavam que a sororidade entre mulheres brancas e negras não estava dada de antemão, mas que só poderia ser concretizada através de muito debate (Gonzalez, 1982; Caldwell, 2000; Caldwell, 2007).

Um dos pontos centrais de discordância entre mulheres negras e brancas à época dizia respeito à possibilidade de mulheres também serem agentes da opressão

de outras mulheres. Feministas negras afirmavam que a liberação das mulheres brancas das classes médias e altas também era fruto da subordinação sistemática das mulheres negras, e ao fato daquelas não reconhecerem que ser branca numa sociedade racista e eurocêntrica denota privilégios que, no contexto de relações igualitárias intra e intergênero, devem ser desconstruídos (Soares, 2000). Para as feministas negras, o trabalho doméstico desempenhado majoritariamente por mulheres negras em casas de famílias brancas permitiu que as mulheres brancas se beneficiassem desproporcionalmente da diversificação educacional e profissional ocorrida entre os anos 1960 e 1980, conseguindo vantagens em termos de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

A institucionalização do movimento de mulheres no Brasil se deu a partir de um princípio de unidade que acabou por produzir desigualdades internas, na medida em que feministas brancas silenciavam diante de formas de subordinação que articularassem racismo e sexismo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável dentro do movimento (Ribeiro, 1995; Bairros, 1995; Roland, 2000; Carneiro, 2003).

Argumentando que as especificidades das experiências das mulheres negras eram apresentadas de maneira periférica, tanto no movimento negro quanto no movimento feminista, as ativistas negras passaram a lutar pela consolidação de um movimento autônomo, que atendessem às suas expectativas no tocante às intersecções entre gênero, raça e classe (Ribeiro, 1995; Bairros, 1995; Carneiro, 2003).

De acordo com Rodrigues (2006), a partir do início dos anos 1980 as ativistas negras foram, gradativamente, construindo um movimento autônomo de mulheres negras. Inicialmente, foram criados grupos de mulheres negras no interior dos movimentos negros e feministas e ao final da década o processo de autonomização já havia, praticamente, se completado. Um dos primeiros grupos autônomos de mulheres negras foi criado no Rio de Janeiro em 1983. O Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras contava com a participação de Lélia Gonzalez, talvez a mais proeminente liderança negra brasileira dos anos recentes.

Em 1982, com a realização das primeiras eleições diretas estaduais no país, Franco Montoro, candidato de centro-esquerda, foi eleito governador de São Paulo. Procurando estreitar os laços entre sociedade civil e estado, Montoro criou, em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), primeiro órgão estadual

direcionado a lidar com questões de interesse das mulheres. Contudo, apenas mulheres brancas foram indicadas para integrar o conselho. Tal fato desencadeou um processo de mobilização de ativistas negras, além de denúncias no programa da radialista negra Marta Arruda, resultando na nomeação de Thereza Santos (tendo Vera Lúcia Siqueira Saraiva como suplente) para o CECF e na formação de uma Comissão da Mulher Negra dentro do conselho (Rodrigues & Prado, 2013).

As mulheres que se mobilizaram pela inserção de uma representante negra junto ao CECF criaram, em 1984, o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo. O Coletivo foi responsável, no mesmo ano, pela organização do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras, que contou com a participação de 450 mulheres vindas de São Paulo e de outros estados do país. O encontro tratou dos seguintes temas: mulher negra no mercado de trabalho, mulher negra e educação, mulher negra e saúde, mulher negra e violência, mulheres negras versus mulheres brancas, mulheres negras versus homens negros (Ribeiro, 1995; Roland, 2000).

Em 1985, durante a realização do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em Bertioga, SP, a organização autônoma do Movimento de Mulheres Negras no Brasil começou a tomar força (Ribeiro, 1995, Roland, 2000). O Encontro contava com a participação de 850 mulheres, formalmente inscritas, sendo que 116 mulheres declararam-se negras e mestiças. O tema do encontro era feminismo e racismo. Contudo, um grupo de mulheres negras ligadas a movimentos de bairro (favelas e periferia) vindo do Rio de Janeiro não havia feito inscrição e declarava não ter dinheiro para fazê-la. A organização do evento impediu a participação dessas mulheres que, por sua vez, se mantiveram acampadas em frente ao hotel onde se realizava o Encontro, gerando um enorme conflito (Rodrigues & Prado, 2010).

Em 1987, durante o IX Encontro Nacional Feminista, ocorrido em Garanhuns, Pernambuco, as ativistas negras decidiram criar um movimento autônomo. Nesse encontro, as mulheres negras demonstraram não se sentir contempladas nas plataformas de luta do movimento feminista e deliberaram sobre a realização de um Encontro Nacional de Mulheres Negras (Soares, 1994, Ribeiro, 1995, Pacheco, 2002).

A partir da experiência adquirida junto ao movimento feminista, as ativistas negras optaram pela realização de encontros nacionais para dar projeção nacional ao

movimento. O primeiro encontro, realizado em 1988, em Valença, Rio de Janeiro, enfatizou a delimitação da agenda do movimento e a exigência de políticas públicas para a população negra. O encontro contou com a participação de 450 mulheres de dezessete estados do país e, de acordo com Ribeiro (1995), foi severamente criticado por setores dos movimentos negro e feminista, que acusavam as mulheres negras de promoverem um “racha” nos movimentos sociais.

O II Encontro Nacional de Mulheres Negras aconteceu em Salvador, Bahia, em 1991, e contou com a participação de 430 mulheres de dezessete estados do país. As questões fundamentais debatidas neste encontro diziam respeito à organização, estratégias e perspectivas do Movimento de Mulheres Negras (Ribeiro, 1995).

O saldo desse encontro revelou certa dificuldade do Movimento de Mulheres Negras em definir conceitos e estabelecer diretrizes acerca da organização de mulheres negras em nível nacional. O movimento passa, então, por um período de baixa mobilização em nível nacional, promovendo seminários regionais e estaduais com o intuito de aprofundar as discussões dos rumos de uma organização nacional. (Ribeiro, 1995, Pacheco, 2002, Caldwell, 2007).

Em 1997 acontece em Belo Horizonte, Minas Gerais, a Reunião Nacional de Mulheres Negras, contando com a participação de 69 mulheres representando 10 estados. Com o tema “o que nos une, o que nos separa”, ativistas negras procuraram desenhar, mais uma vez, um movimento de caráter nacional. No entanto, não houve consenso sobre qual o melhor modelo organizativo deveria ser adotado para forjar uma dimensão nacional ao movimento (Roland, 2000).

O III Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado em Belo Horizonte, em 2001, com a presença de 400 mulheres negras de vários estados, também não logrou consolidar um parâmetro consensual em torno da organização nacional das Mulheres Negras.

Apesar dos impasses na formalização de uma entidade de abrangência nacional, ocorreu, nas décadas de 1990 e 2000, um aumento expressivo de organizações e grupos de mulheres negras em todas as regiões do país. Setores do movimento de mulheres negras constituem também, no início dos anos 2000, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), que reúne aproximadamente 27 organizações distribuídas por todas as regiões do Brasil, e o Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), que congrega grupos de mulheres

negras com menor nível de formalização institucional. Embora a AMNB e o FNMN tenham concepções distintas acerca do direcionamento do movimento de mulheres negras, trabalham conjuntamente no intuito de fortalecer as reivindicações contra racismo e sexismo no país.

O movimento de mulheres negras passou, ao longo dos anos 1990, por um processo de diversificação interna, com a crescente profissionalização de algumas de suas organizações e o surgimento de outras. Ademais, influenciadas por sua participação em coletivos feministas, adotam a estratégia de incidir politicamente em diferentes esferas estatais e não-estatais. A realização de seminários internos, a elaboração de documentos programáticos e participação coletiva em Conferências Mundiais da ONU (sendo Beijing e Durban os espaços de maior relevância para a disseminação do feminismo negro) são alguns dos cenários políticos priorizados pelas ativistas negras para garantir maior visibilidade às suas reivindicações (Rodrigues & Prado, 2010).

No início dos anos 2000 observa-se uma mudança significativa nos repertórios de ação das organizações de mulheres negras. Alguns analistas, como Alvarez (2014) e Rodrigues (2014), afirmam que, com a chegada do PT ao governo federal, a relação entre movimentos negros (aí incluídos tanto organizações mistas como aquelas específicas de mulheres) e o Estado, que era caracterizada por baixa inserção institucional, torna-se positivamente sinérgica. Nesse governo, militantes do movimento de mulheres negras passaram a ocupar cargos em órgãos governamentais voltados especificamente para a formulação e gestão de políticas públicas racialmente sensíveis. Não por caso, a Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), criada em março de 2003 e incorporada, em outubro de 2015, ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, foi chefiada em três ocasiões por mulheres (Matilde Ribeiro, Luíza Bairros e Nilma Gomes) que estiveram diretamente vinculadas à consolidação do Movimento de Mulheres Negras no Brasil.

Em trabalhos anteriores (Rodrigues, 2006; Rodrigues & Prado, 2010; Rodrigues & Prado, 2013; Machado & Rodrigues, 2015) demonstro que, embora o movimento de mulheres negras tenha se consolidado como um ator político importante na cena pública brasileira e se inserido de maneira pioneira em espaços de mediação entre o Estado e a sociedade civil, houve pouca, se alguma, sistematização

acadêmica acerca do ativismo de mulheres negras e seu impacto na reorientação dos estudos sobre feminismo e antirracismo no Brasil.

Rodrigues (2006), afirma que enquanto o movimento feminista branco logrou tomar de assalto a academia, influenciando enormemente as produções que passaram a teorizar sobre o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade brasileira, o papel das intersecções entre gênero, raça e classe e o modo específico com que racismo e sexismo incidem sobre as mulheres negras tem sido praticamente “esquecido” pela academia brasileira. Então, se por um lado há milhares de publicações acadêmicas sobre mulheres, relações de gênero e movimento feminista, por outro, as poucas produções sobre mulheres negras e o movimento de mulheres negras estão a cargo das próprias militantes negras, como se apenas elas fossem marcadas pela raça (Azeredo, 1994).

Até meados da década de 2000 tanto na *Revista Estudos Feministas (REF)* quanto na *Cadernos Pagu*, as duas principais revistas feministas brasileiras, havia poucos artigos que tratassem especificamente da interlocução entre gênero e raça. Uma exceção à regra ficou a cargo de um número especial da REF em 1995. O *Dossiê Mulheres Negras*, organizado por Matilde Ribeiro, contava com artigos de Lourdes Siqueira, Matilde Ribeiro, Luiza Bairos, bell hooks, Maria Aparecida Silva Bento, Márcia Lima, Rebecca Reichmann, Edna Roland, Maria Aparecida da Silva, Ângela Gilliam, Onik’a Gilliam e Sueli Carneiro¹.

Na apresentação do dossiê, Matilde Ribeiro afirmava que sua proposta consistia em incentivar a divulgação de pesquisas empíricas ou postulados teóricos sobre a interconexão entre gênero, raça, racismo e participação política. Contudo, após aproximadamente um ano de contato com pesquisadoras brasileiras, Ribeiro percebeu a inviabilidade desse projeto. Como resultado, convidou então um grupo de ativistas e pesquisadoras negras e brancas para compor o dossiê (Ribeiro, 1995). Matilde Ribeiro, ainda na apresentação do dossiê, apontava para a necessidade de se intensificar os estudos sobre gênero e raça e, sobretudo, quebrar o tabu que responsabiliza apenas as mulheres negras por divulgar trabalhos sobre a temática (Ribeiro, 1995).

¹ Dossiê Mulheres Negras. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 1995, 434-552.

² CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*,

Além da escassez de estudos empíricos e/ou teóricos sobre interseccionalidade entre gênero e raça, de modo geral, e sobre a participação política de mulheres negras em movimentos sociais, de modo específico, havia também pouca sistematização entre eles. Embora as autoras fossem, em sua maioria, ativistas do movimento negro ou do movimento de mulheres negras, os trabalhos por elas produzidos não davam continuidade às pesquisas anteriores. Notei também uma carência de referenciais teóricos sobre interseccionalidade, feminismo negro, movimentos sociais. Embora todas essas categorias estivessem presentes nos trabalhos a que tive acesso, elas erigiam mais como “meta-teoria”, resultado tácito do trabalho de campo ou do esforço de teorização, do que como ponto de partida para sustentar o argumento (Rodrigues & Prado, 2013).

Essa falta de sistematização e continuidade dos estudos pode ser creditada a diversos fatores. Entre eles destaco: a pouca presença de mulheres negras e outros representantes de minorias sociais nas universidades brasileiras, a distância entre as reflexões internas aos movimentos sociais e as análises acadêmicas sobre movimentos sociais e a quase inexistência de traduções para o português de obras de feministas negras norte-americanas, europeias e latino-americanas. Não por acaso, os trabalhos com maior nível de sistematização que encontrei (um anterior à minha dissertação e outro posterior) são de uma pesquisadora negra norte-americana, com acesso tanto à produção brasileira quanto internacional sobre o tema².

Felizmente, desde a realização daquela pesquisa de mestrado, este cenário se alterou drasticamente. Com o amplo processo de ampliação de vagas e democratização do acesso ao ensino superior público, a presença de estudantes negros e oriundos de escola pública cresceu exponencialmente. Um dos reflexos dessa maior participação de negras e negros no ensino superior pode ser observada em temáticas emergentes de pesquisa e de ativismo. Novos núcleos de pesquisa sobre gênero e raça estão sendo criados em diferentes universidades brasileiras, disciplinas sobre pensamento feminista negro têm sido ofertadas em cursos de graduação e pós-graduação, números especiais de importantes revistas acadêmicas³ estão sendo

² CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 91-108, 2000.

CALDWELL, Kia Lilly. *Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship and the Politics of Identity*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2007.

³ Ver, por exemplo, o Dossiê Feminismo e Antirracismo da Revista Brasileira de Ciência Política (Rev. Bras. Ciênc. Polít. n.16 Brasília jan./abr. 2015) e o Dossiê Desigualdades e interseccionalidades da Mediações – Revista de Ciências Sociais (Mediações, 20:2, Londrina, jan./jun 2015)

publicados e ainda que de maneira dispersa e quase sempre informal, textos de importantes teóricas feministas negras latino-americanas, norte-americanas, europeias e africanas têm sido traduzidos e discutidos em grupos de estudos e/ou coletivos feministas em diversas regiões do país.

Há também formas emergentes de ativismo no feminismo negro que, em conjunto com os formatos mais clássicos, trazem ainda mais vitalidade para esse campo discursivo de ação do feminismo. Para o escopo deste projeto pretendo investigar três faces distintas, mas por vezes justapostas, do feminismo negro brasileiro. A primeira dessas faces, que chamarei aqui de ativismo institucional, na esteira das teorizações de Abers e Tatagiba (2015), emerge ainda nos anos 1980, se desenvolve nos anos 1990 com a criação e expansão das principais ONGs de mulheres negras brasileiras, como Geledés, Crioula, Maria Mulher, Fala Preta!, Casa de Cultura da Mulher Negra, e se consolida nos anos 2000, com a entrada de ativistas negras em instituições e órgãos governamentais voltados para a formulação e implementação de políticas públicas de gênero e raça. De maneira preliminar, pode-se afirmar que essa vertente do feminismo negro corresponde ao processo de verticalização via *mainstreaming*, conforme definido por Alvarez (2014).

O feminismo negro acadêmico representa a segunda face a ser analisada por esta pesquisa. Como já discutido ao longo deste projeto, a institucionalização do feminismo negro na academia brasileira é um fenômeno recente. Segundo Azeredo (1994), os primeiros grupos e núcleos de estudos sobre a mulher foram criados no país no início da década de 1980, inspirados nos modelos dos programas de *Women's Studies* de universidades estrangeiras, sobretudo das norte-americanas. Porém, ainda de acordo com a mesma autora, tratou-se de uma inspiração parcial. Não houve, por exemplo, a incorporação da crítica ao racismo no interior dos movimentos feministas norte-americanos, que vinha sendo realizada por mulheres negras e de cor, e amplamente debatidas em volumes como *Ain't I Women? Black Women and Feminism*, de bell hooks (1981), *Women, Race and Class*, de Angela Davis (1981), e *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*, de Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa (1981).

Para Azeredo (1994) o fato de não haver um esforço coletivo para a tradução dessas obras é um sintoma dessa inspiração parcial que os núcleos brasileiros de

estudos sobre a mulher fizeram de seus congêneres norte-americanos. Ademais, segundo a autora, a própria ausência de discussões entre as feministas sobre o impacto do racismo na vida das mulheres opera para a marginalização das experiências de vida das mulheres negras na academia brasileira.

Ao analisar a recente proliferação de grupos e núcleos de pesquisa sobre feminismo negro nas universidades brasileiras pretendo não apenas responder a questão sobre o porquê de tais grupos estarem se consolidando tão tardiamente no país mas, sobretudo, mapear sua produção teórico-prática, suas redes de colaboração, sua relação com os outros campos de ação do feminismo negro e suas disputas e negociações no interior da academia.

O ciberativismo de mulheres negras, em sua maioria jovens, é a terceira face do feminismo negro a ser analisada nesta pesquisa. Em sua definição mais clássica, o ciberativismo é entendido como sendo o conjunto de práticas política em defesa de um dado objetivo e se caracteriza por utilizar meios cibernéticos, em especial blogs e mídias sociais (Facebook, Twitter, Youtube, etc), para propagar ideias, arregimentar apoiadores e se engajar em embates políticos com grupos e/ou ideias oponentes (McCaughey & Ayers, 2003; Castells, 2013). O ciberativismo de mulheres negras é entendido aqui como uma das dimensões daquilo que Alvarez (2014) chama de *sidestreaming*, ou seja, a multiplicação de fluxos horizontais de ativismo em diferentes setores da sociedade civil.

O webativismo é, dentro das vertentes a serem analisadas pela pesquisa, a forma mais “desinstitucional” e rizomática de militância, caracterizado pelo surgimento de coletivos pouco afeitos ao diálogo com o Estado, contando com repertórios forjados na internet, por via de blogs e páginas (individuais e coletivas) no Facebook e no Twitter. O vocabulário e a prática desses grupos, com uma forte presença de jovens ativistas, são muito voltados para as dimensões estéticas e de representação/empoderamento individuais, marcando importantes elementos de continuidade e rompimento com o padrão de ativismo institucional que se tornou hegemônico entre as feministas negras das décadas de 1980 e 1990.

Minha análise se baseará principalmente no acompanhamento sistemático do coletivo Blogueiras Negras, um blog que se originou da Blogagem Coletiva Mulheres Negras em 2012 e conta atualmente com cerca de 200 autoras e disponibiliza conteúdos originais toda semana. Metodologicamente, a pesquisa se baseia em uma

etnografia remota (Postill, 2016) cujo objetivo é compreender quais são as/os principais parceiras/os do coletivo *Blogueiras Negras*, sua narrativa central e uma análise estatística de sua interação online (com especial ênfase ao Twitter e Facebook). Todos os textos disponibilizados no blog desde a sua criação serão catalogados, bem como seu percurso em outras redes sociais. Os textos mais importantes (aqueles que tiverem maior impacto na rede, maior número de compartilhamentos e comentários) serão submetidos à uma análise de conteúdo a partir do software de análise de dados qualitativos ATLAS.ti. Em um momento posterior um pequeno survey será enviado para algumas autoras do blog, de modo a entender os sentidos que atribuem ao ciberativismo e sua efetividade enquanto ferramenta de conscientização e mobilização social de mulheres negras.

Tendo em vista os contextos teóricos e empíricos delineados acima, esta pesquisa se fundamentará em quatro eixos centrais e complementares. O primeiro diz respeito às disputas e negociações internas aos movimentos de mulheres negras para a construção de uma gramática político-discursiva em torno das intersecções das múltiplas formas de opressão (em especial gênero, raça e classe) e de formação de identidades coletivas. O segundo é voltado para compreender as estratégias e os repertórios de ação voltados para inserção e incidência em espaços institucionais de participação e representação junto a diferentes esferas estatais. O terceiro envolve a análise do incipiente, mas já profícuo, campo feminista negro acadêmico. Por fim, o último eixo volta-se para a compreensão do ciberativismo de jovens mulheres negras discutindo não apenas suas estratégias discursivas, mas também a transmissão intergeracional do feminismo negro, suas continuidades e rupturas e os novos sentidos atribuídos ao feminismo negro e suas variantes mais contemporâneas, tais como o feminismo interseccional.

Estudar o ativismo de mulheres negras em suas três principais faces (institucional, acadêmica e cibernética) se justifica por uma série de razões, das quais destaco duas. Em primeiro lugar, os campos de estudo sobre gênero e relações raciais, embora bastante prolíficos e influentes dentro das ciências sociais brasileiras, se desenvolveram de maneira distinta e em raras ocasiões estabeleceram diálogos que permitissem melhor entender as interconexões entre gênero e raça. Nesse sentido, esta pesquisa pode contribuir para uma maior interação entre esses campos de investigação científica ao mesmo tempo em que refle acerca da emergência de novas atrizes

políticas, suas formas de expressão e de fazer política. Em segundo lugar, faz-se mister repensar as epistemologias feministas à luz da participação das mulheres negras. Nesse sentido, a possibilidade de mapear e sistematizar parte do debate contemporâneo sobre feminismo negro pode vir a influenciar a formação de uma rede de pesquisadoras/es sobre gênero e servir de apoio à uma nova geração de estudantes interessados nos debates sobre feminismo e antirracismo.

Nesse sentido, este estudo se debruçará sobre um campo ainda recente na academia brasileira e poderá subsidiar o debate sobre políticas públicas voltadas, em particular, para as mulheres negras, além de inserir o debate sobre os novos cenários de ativismo de mulheres num campo de reflexão mais amplo sobre a pluralização dos feminismos brasileiros e latino-americanos. Por fim, os resultados dessa pesquisa podem contribuir para um melhor entendimento sobre os diversos espaços de mobilização política de mulheres negras no início do século XXI e seu impacto em diferentes âmbitos da vida sociopolítica do país.

C – Objetivos e metas a serem alcançadas

Objetivo Geral:

Identificar e analisar a trajetória do feminismo negro no Brasil, seus resultados teórico-políticos e apontar para seus cenários emergentes de intervenção, como um dos campos discursivos de ação dos feminismos brasileiros. Analisar o ativismo de mulheres negras no Brasil contemporâneo a partir de suas três faces mais visíveis: o ativismo institucional, o feminismo negro acadêmico e o ciberativismo de jovens negras. Buscar compreender como se dá o processo de negociação de suas identidades coletivas a partir das disputas e negociações internas às diferentes vertentes do feminismo negro no país. Analisar também o trânsito político-institucional dos movimentos de mulheres negras, sobretudo a partir dos anos 2000 e, ao mesmo tempo, analisar os fluxos e inter-relações entre as organizações de mulheres negras e o Estado em níveis locais, regionais e nacionais. Ademais, analisar como uma perspectiva feminista negra essencialmente brasileira vem sendo forjada nas fronteiras entre o ativismo de mulheres negras em diferentes espaços da sociedade civil e o

intercâmbio com produções acadêmicas nacionais e internacionais sobre feminismo e antirracismo.

Objetivos específicos

1. Identificar e analisar as formas de organização do feminismo negro no Brasil da década de 1980 aos dias atuais;
2. Conhecer e analisar a produção intelectual do feminismo negro no Brasil;
3. Identificar e analisar a produção prático-política desse campo de ação e seus resultados;
4. Identificar e analisar as conexões e tensões internas ao feminismo negro brasileiro e suas articulações com outros campos discursivos de ação feminista no país;
5. Discutir, à luz de teorias institucionalistas sobre movimentos sociais e das teorias feministas, as possibilidades e limites da participação político-institucional de ativistas negras dentro da burocracia estatal;
6. Comparar as diferentes estratégias de mobilização e a dinâmica de articulação dentro das diferentes vertentes do feminismo negro analisadas; Identificar as representações das participantes sobre a ação coletiva e sua eficácia.
7. Identificar os recursos materiais e simbólicos mobilizados pelos grupos e como estes são utilizados.
8. Analisar o impacto destas experiências na criação e/ou implementação de políticas públicas e programas sociais.

Metas

Esta pesquisa procura, para além dos objetivos descritos acima, preencher uma lacuna no campo de estudos sobre gênero e feminismos no Brasil, haja vista que ainda há relativamente poucos estudos sobre as intersecções de gênero e raça nesta área. Por esta razão, as principais metas deste estudo se referem à divulgação acadêmica dos resultados parciais e finais da pesquisa em periódicos e em congressos nacionais e internacionais de sociologia e estudos de gênero, de forma a ampliar o alcance deste

debate e propiciar a articulação de uma rede de pesquisadoras/es sobre feminismo negro, e/ou feminismo interseccional no país.

- Relatório Final (para prestação de contas e apresentação dos resultados);
- Livro (que já está em fase inicial de elaboração) em conjunto com outras pesquisadoras sobre o estado da arte dos estudos sobre feminismo negro brasileiro;
- Publicação dos resultados da pesquisa por meio de quatro artigos em periódicos (dois em periódicos internacionais e dois em periódicos brasileiros) avaliados pelo Qualis Capes e de reconhecida importância no campo.
- Divulgação da pesquisa nos seguintes congressos/encontros: Fazendo Gênero (2017), 18º Congresso Brasileiro de Sociologia (2017), 52º Congresso da Latin American Studies Association (2018) e no Encontro Nacional da ANPOCS;
- Realização de um (1) seminário regional de pesquisadoras sobre feminismos negros e mulheres negras na UFBA, ao final da pesquisa.

D – Indicadores de acompanhamento

Os indicadores de acompanhamento poderão ser avaliados por meio:

- a) Do cumprimento das metas (ver item C), que já apresentam estimativas quantitativas e objetivas para os resultados.
- b) Do cumprimento dos prazos previstos no cronograma (ver item h).

E – Metodologia a ser empregada

O movimento de mulheres negras é composto por centenas de grupos e Organizações Não-Governamentais (ONGs), com grande variedade de formatos organizativos, acesso a recursos materiais e perspectivas políticas. Há poucos dados sobre quantas são essas organizações, que tipo de mobilizações e em que ramo de atuação política atuam, uma vez que há grande fragmentação organizativa, embora haja algumas tentativas, como é o caso da Articulação de Organizações de Mulheres

Negras Brasileiras (AMNB), que tentam articular nacionalmente diferentes organizações locais.

Há também a participação de ativistas negras em grupos/entidades do movimento sindical, em organismos internacionais de regulação, em partidos políticos, em órgãos governamentais ligados à proposição e implementação de políticas públicas de gênero e raça e em centros universitários de pesquisa. Muitas desses ativistas se consideram e são consideradas militantes do movimento de mulheres negras e dentro desses espaços exteriores ao movimento propriamente dito buscam pensar a formalização de estratégias políticas, falando e agindo em nome do movimento.

Diante disso, o campo de pesquisa escolhido é bastante complexo, tanto em termos de sua abrangência nacional e consequentes especificidades regionais quanto em relação às formas de fazer política e ao impacto que diferentes organizações com distintas visões sobre o direcionamento do movimento têm sobre a sociedade e sobre os caminhos dele próprio. Assim, procurarei nesta pesquisa congregar procedimentos metodológicos que propiciassem uma visão do movimento tanto em nível local quanto nacional e que se atente às diferentes vertentes de ação das mulheres negras. Descrevo, a seguir, os procedimentos metodológicos a ser utilizado para cada uma das três faces do feminismo negro analisadas nesta pesquisa.

1. **Ativismo Institucional.** Para esta face do feminismo negro a investigação de campo se dará a partir de duas vertentes: entrevistas em profundidade (com ativistas em espaços de mediação e gestoras de políticas públicas de gênero e raça) e análise de documentos. A escolha das ativistas entrevistadas obedecerá a dois critérios. Primeiro, há a necessidade de que sejam ativistas com reconhecida trajetória de militância em organizações de mulheres negras. Segundo, que estejam ocupando, ou tenham ocupado no passado recente, algum espaço institucional formal (estatal ou de mediação com o Estado). A escolha por esse perfil de entrevistadas leva em consideração a necessidade de compreender, a partir do discurso proferido por essas atrizes políticas, as estratégias empreendidas pelo movimento em seu processo de aproximação com os aparatos estatais. As entrevistas semiestruturadas com gestoras públicas e ativistas negras em espaços de mediação estatal ocupam um lugar de centralidade neste projeto, na medida em que permitem uma maior

exploração dos objetivos específicos desta pesquisa. Serão realizadas aproximadamente 40 entrevistas semiestruturadas, sendo metade delas com ativistas e gestoras que atuam ou atuaram em Brasília junto à órgãos vinculados ao governo federal. Há, no que tange à análise documental, um percurso complementar ao das entrevistas com ativistas. O foco de interesse reside, aqui, em elucidar as transformações do discurso estatal no tocante à temática racial e de gênero. Por essa razão, privilegiar-se-á documentos oficiais, tais como legislações, decretos, projetos de ementas constitucionais, decisões das cortes constitucionais, discursos proferidos por políticos, relatórios de conferências e documentos de órgãos governamentais devotados à elaboração de políticas públicas de gênero e raça. Porém, para complementar e contrapor o discurso oficial desses documentos, analisar-se-á alguns documentos produzidos pelas organizações de mulheres negras em seu constante diálogo com o Estado. Dar-se-á preferência àqueles documentos que tenham um impacto significativo sobre o debate público e, em certa medida, contribuam para a expansão de oportunidades institucionais para atrizes do movimento de mulheres negras. Juntamente com as entrevistas, os documentos fornecem a possibilidade de se reconstruir a história dos movimentos, seus embates políticos, sua relação com o Estado e os traços de continuidade e ruptura que constituem suas estratégias de mobilização. Importante ressaltar também que, na busca por reconstruir o discurso estatal acerca das temáticas raciais e de gênero, o acesso a documentos oficiais permite que se acione as falas de atores políticos, tais como Presidentes da República e Ministros de Estado, que, de outra maneira, não podem ser diretamente acessadas. Ademais, a análise documental complementa uma das principais limitações das entrevistas. Dado que uma entrevista funciona mais ou menos como uma fotografia, enquadrando um momento pontual no tempo e no espaço, ela não se presta à uma análise longitudinal, posto que os discursos ali proferidos tendem a desconsiderar as disputas que levaram à sua cristalização (Machado, 2013).

2. **Feminismo Negro Acadêmico.** Esta vertente será analisada a partir de 3 eixos norteadores:

- a. *Estudo da Institucionalização do Feminismo Negro nas Universidades Brasileiras*, que se será operacionalizado a partir do levantamento de dados sobre: (a) criação de núcleos e grupos de pesquisa de estudos sobre mulheres negras e/ou feminismo negro em universidades e associações científicas; (b) áreas do conhecimento envolvidas; (c) ofertas de disciplinas e linhas de pesquisa envolvidos; (d) teses e dissertações defendidos; (e) publicações em periódicos ou edição de livros.
- b. *Características da Produção Feminista Negra no Brasil*, delimitar uma amostra dessa produção, representando diferentes regiões do país e a diversidade de áreas de conhecimento, entre outros. Identificar questões epistemológicas e teórico-metodológicas, autoras/es mais citadas/os, qualidade e área dos periódicos em que tais produções tem sido divulgadas, entre outros temas que se mostram pertinentes a partir da leitura dos textos selecionados.
- c. *Trajetórias das Pesquisadoras/es sobre Feminismo Negro nas Universidades Brasileiras*. Condução de um survey online a ser enviado a todas as pesquisadoras identificadas via grupos de pesquisa do CNPq ou pela Plataforma Lattes que trabalhem especificamente com temas relativos às intersecções entre gênero e raça. Procurar, a partir do survey, identificar seus trânsitos nesses campos, sua produção científica, participação em eventos, desenvolvimento de trabalhos de assessoria e consultoria e de outras atividades que se mostrarem relevantes aos objetivos da pesquisa.

3. Ciberativismo de Jovens Negras. Esta vertente já é objeto de investigação do autor do projeto há seis meses, em pesquisa sendo desenvolvida com o apoio da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, com a destinação duas bolsistas de iniciação científica, e outras duas estudantes voluntárias, para participar da pesquisa. A metodologia utilizada aqui é a de etnografia remota que, segundo Postill (2016) se caracteriza pela investigação de fenômenos políticos na era digital sem estar fisicamente presente em campo. Para o escopo deste projeto a equipe de bolsistas e o pesquisador têm

acompanhado a intervenção de ativistas negras em três redes sociais: o Facebook, acompanhando, catalogando e categorizando as postagens diárias de Djamila Ribeiro⁴ e Stephanie Ribeiro, duas jovens feministas negras bastante influentes nas redes sociais; o Twitter, analisando e investigando a interação do coletivo @blognegras⁵ com outros coletivos e militantes individuais; e o blog coletivo Blogueiras Negras⁶. Todas as postagens são listadas, catalogadas e analisadas semanalmente a partir dos seguintes eixos: (a) quem são os outros significantes dessas ativistas, ou seja, com quem elas interagem mais comumente em rede, tanto expressando solidariedade e apoio quanto se opondo, (b) qual é a narrativa central do grupo, aqui são analisados os temas mais recorrentes, que recebem o maior número de compartilhamentos e que permitem analisar a formação das identidades coletivas e dos jogos discursivos de enfrentamento político, e (c) análise estatística, a partir de ferramentas disponíveis online, tais como o Twitalyzer (<http://www.twitalyzer.com/>) e o Bettwen (<http://www.bettween.com/>), procedemos mensalmente a interpretação das postagens com maior impacto, maior número de compartilhamentos e comentários favoráveis e/ou desfavoráveis. Em um segundo momento da pesquisa, as postagens mais importantes do blog e das páginas do Facebook serão analisadas com a ajuda do software ATLAS.ti (que também será utilizado para analisar todas as demais entrevistas e documentos coletados para a pesquisa), para melhor compreendermos essa construção de narrativas e de formação de identidades coletivas nas redes sociais. Um survey online também será elaborado para que as ciberativistas falem de suas experiências na rede e de sua percepção sobre efetividade, eficácia e alcance da militância via internet, bem como seus embates e redes de apoio dentro e fora da rede.

⁴ Djamila Ribeiro mantém ainda, desde o primeiro semestre de 2015, uma coluna na Revista Caros Amigos, além ter seus textos compartilhados em outros blogs feministas, como o Lugar de Mulher e a página do Geledés. Entretanto, como todos os seus textos são disponibilizados em sua página pessoal no Facebook, o que permite acompanhá-los através do texto pela rede e as reações e comentários que o mesmo gera, optamos por privilegiar essa rede social sobre as outras. Stephanie Ribeiro também tem vários de seus textos compartilhados em outros espaços na internet mas, assim como Djamila, utiliza sua página pessoal do Facebook como plataforma de intervenção política.

⁵ <https://twitter.com/blognegras>

⁶ <http://blogueirasnegras.org/>

F – Principais contribuições científicas ou tecnológicas da proposta

- 1) Desenvolver a partir dos dados e análises da pesquisa: A) Relatório Final (em formato solicitado pelo CNPq para prestação de contas) B) Relatório em formato e linguagem acessível para as ativistas e gestoras de políticas públicas que participarem da pesquisa.
- 2) Publicar artigos em periódicos nacionais (mínimo de 2 artigos) e internacionais (mínimo de 2 artigos). Apresentar os resultados da pesquisa em congressos e simpósios com o intuito de ampliar o debate e fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas. A participação em eventos científicos no Brasil e no exterior também servirá para a ampliação de uma rede colaborativa de pesquisadores e, a partir dos debates com pares, promover melhorias e ajustes nos recortes teóricos e metodológicos do projeto, bem como aportar novos subsídios teóricos e metodológicos.
- 3) Estuda-se a possibilidade de publicação de ao menos um livro com uma versão do relatório final desta pesquisa.
- 4) Organizar um evento que reúna pesquisadores envolvidos com a temática como forma de debater os resultados da pesquisa e propor novas ações e desdobramentos.

G – Orçamento detalhado

Itens de Custeio			
Itens	Quantidade/Justificativa	Valor Unit. (R\$)	Total(R\$)
Serviço de Terceiros – Tradução	60 laudas de tradução Português/Inglês	R\$ 65,00	R\$ 3.900,00
Licença anual do Software ATLAS.TI ⁷	2 Licenças para os anos de 2017 e 2018	R\$ 2.886,97	R\$ 5.773,94
Passagens aéreas para o pesquisador	5 passagens aéreas (trecho ida e volta, Salvador/ Brasília) para realização de entrevistas com gestores e/ou ativistas alocados em órgãos do governo federal (em diferentes datas ao longo do período de realização da pesquisa)	600,00	R\$ 3.000,00
Serviço de Terceiros – Transcrição de entrevistas	40 horas de transcrição	R\$100,00	R\$ 3.000,00
Subtotal [itens de custeio]:			R\$ 15.673,94
Itens de Capital			
Itens	Quantidade	Valor (R\$)	Total (R\$)
Material Bibliográfico (Livros Nacionais e Importados)	Valor aproximado para aquisição de livros necessários à pesquisa e que estiverem inacessíveis na Biblioteca da UFBA.		R\$ 3.000,00
Subtotal [itens de capital]:			R\$ 3.000,00
Bolsas			
Itens	Quantidade	Valor (R\$)	Total (R\$)
Bolsa IC	1 bolsa de IC com duração de 24 meses. Para auxílio nas atividades desenvolvidas a partir de 2017, com realização de etnografia online, tabulação dos dados dos surveys, acompanhamento das entrevistas em profundidade e mapeamento dos núcleos de pesquisa sobre feminismo negro	R\$ 400	R\$ 9.600,00
Subtotal [bolsas]:			R\$ 9.600,00
TOTAL DO PROJETO			R\$ 28.2733,94

⁷ Baseado em orçamento feito junto ao site da empresa em 26 de fevereiro de 2016. Pode haver alteração neste valor.

H – Cronograma de atividades (agosto de 2016 - julho de 2019)

Ano	2016			2017						2018						2019			
Atividade \ Bimestre	A	S O	N D	J F	M A	M J	J A	S O	N D	J F	M A	M J	J A	S O	N D	JF	M A	MJ	J
Encaminhamento do Projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFBA (Agosto/2016)	X																		
Revisão de literatura pertinente ao tema da pesquisa	X	X	X	X															
Inserção em campo/combinções referentes à pesquisa.	X	X	X	X	X	X	X	X											
Participação no Fazendo Gênero								X											
Participação no Encontro Anual da ANPOCS								X						X					
Coleta e Impressão de Documentos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Análise de Documentos							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Etnografia do ciberativismo			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Elaboração do roteiro de entrevista de survey			X	X	X	X	X	X											
Realização dos Surveys								x	x	x	x	x	X						
Entrevistas Semiestruturadas			X	X	X	X	X	X	X	x	x	x	x	x					
Transcrição das entrevistas						X	X	X	x	x	x	x	x	x					
Categorização do material/ banco de dados (programa ATLAS.TI)									X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Análise de Dados									X	x	x	x	X	x	x	x	X	X	
Divulgação de resultados (artigos/eventos científicos)									X	x	x	x	X	x	x	x	x		
Tradução de Artigo Científico									X	X	X	x	x	x	x				
Redação e Organização do Livro													x	x	x	x	x	x	x
Redação dos relatórios finais							x					x							x
Evento para Devolução e Debate sobre Resultados																		x	
Prestação de Contas																			x

I – Identificação dos demais participantes do projeto

Além da participação de duas bolsistas, Débora Campelo e Carla Reais, estudantes de graduação da UFBA (bolsas recebidas via PROAE-UFBA), a presente pesquisa contará com a participação dos seguintes pesquisadores e estudantes de pós-graduação:

Nome	Instituição de Vínculo	Titulação	Função no Projeto (até 200 caracteres)
Cristiano dos Santos Rodrigues http://lattes.cnpq.br/4744194361425598	UFBA	Doutor	Coordenação Geral. Supervisão em todos os procedimentos da pesquisa. Desenvolvimento e instrumentalização dos produtos esperados. Prestação de contas.
Rosângela Costa Araújo http://lattes.cnpq.br/5387419210733898	UFBA	Doutora	Coordenação e capacitação da equipe de bolsistas para revisão bibliográfica e coleta de dados qualitativos da fase. Preparação e análise das entrevistas em profundidade.
Marcia dos Santos Macedo http://lattes.cnpq.br/5021795204335253	UFBA	Doutora	Preparação dos surveys online e análise dos resultados. Coordenação e preparação da equipe de aplicação dos questionários e de tabulação dos dados.
Bruna Jaquetto Pereira http://lattes.cnpq.br/9699593105517319	UNB	Doutoranda	Mapeamento de campo. Articulação das reuniões e entrevistas com ativistas e gestores de Brasília. Suporte logístico e metodológico. Discussão dos resultados.

K – Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área

Este projeto contará com o apoio de três grupos de pesquisa com os quais desenvolvo parcerias.

Programa A Cor da Bahia – Programa de Pesquisa e formação sobre Relações Raciais, Cultura e Identidade Negra na Bahia

(<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3755132715988817>), coordenado pela professora Paula Cristina Barreto (currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3865670491591815>)

Netsal – Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

(<http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/>), coordenado pelo professor José Maurício Domingues (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4467359922427457>)

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

(www.neim.ufba.br), coordenado pela professora Rosângela Costa Araújo (Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5387419210733898>)

L – Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto

Este projeto tem o PPG-NEIM, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como base institucional. Trata-se de um importante Programa de Pesquisa, avaliado no último triênio da CAPES com a nota quatro.

Em sua relação com a graduação, os pesquisadores vinculados ao NEIM contam ainda com cotas de bolsas de graduação PIBIC, FAPESB e CNPq. A instituição possui salas de pesquisa para alunos e professores equipadas com computadores, mobiliário e acesso a bancos de dados. A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a qual o PPG-NEIM encontra-se vinculado, disponibiliza salas de aula equipadas com projetor multimídia, auditórios para realização de reuniões, eventos e congressos, equipamentos de informática e salas de trabalho para os professores. O PPG-NEIM conta, ainda, com a edição de 1 revista científica, a “Revista Feminismos”.

A UFBA dispõe ainda de uma Biblioteca Central localizada na parte central do Campus Ondina, sendo aberta ao público para consulta local e de livre acesso ao acervo. A atualização do acervo é permanente. Oferece os melhores serviços de comutação bibliográfica. Disponibiliza a pesquisa nas principais bases de dados

nacionais e internacionais, com acesso a periódicos e bases de dados eletrônicos em todas as áreas do conhecimento, com textos referenciais e integrais.

M – Estimativa dos recursos financeiros de outras fontes que serão aportados pelos eventuais Agentes Públicos e Privados parceiros

Como já citado anteriormente, aprovamos o projeto “Movimentos Sociais e Estado na América do Sul: trajetórias e estratégias políticas das organizações de mulheres negras no Brasil e na Colômbia” no Edital PROPCI-PROPG/UFBA 02/2014 - PROPI/UFBA 2014 e também no Edital PROAE/UFBA 01/2015. Em decorrência contingenciamento de recursos ocorrido em 2015, não houve liberação de dotação orçamentária para a realização a pesquisa. Entretanto, o projeto foi agraciado com 2 bolsas de iniciação científica pelo Projeto Permanecer. As bolsas têm duração de 12 meses mas há a possibilidade de prorrogação do prazo pelo mesmo período.

N – Perfil e Plano de Trabalho do Bolsista de Iniciação Científica

Caso sejamos contemplados com a quota de bolsa, buscaremos selecionar uma estudante que já tenha cursado o primeiro ano de sua graduação, com excelente desempenho acadêmico nas disciplinas e disponibilidade para dedicar 20 horas à pesquisa. É fundamental que a candidata demonstre interesse pelo tema de investigação, o que será verificado por sua presença e assiduidade às reuniões e atividades realizadas pelo grupo de pesquisa ao qual o projeto será desenvolvido.

Também é fundamental que a bolsista tenha aptidão para incorporar a metodologia e as técnicas de pesquisa da área de ciências sociais relacionadas aos temas do presente projeto. A bolsista também necessita ter boa habilidade para o trabalho em equipe, uma vez que o projeto contará com a participação de outras bolsistas e estudantes voluntárias.

A bolsista participará ainda, sob supervisão do orientador, da leitura e discussão da bibliografia de referencia do projeto; da realização de trabalho de campo com a elaboração, pré-teste e aplicação dos surveys, condução de entrevistas e sistematização e análise de dados; da elaboração de relatórios, redação escrita de textos e apresentação oral dos resultados da pesquisa em seminários promovidos no

âmbito do projeto; da organização de eventos; da comunicação de informações sobre o projeto nas mídias sociais. Idealmente, a bolsista participará dos últimos 24 meses de realização do projeto, se integrando à equipe que já está desenvolvendo parte do trabalho.

Referências Bibliográficas

- Abers, R; Tatagiba, L. 2015. Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy. In: Federico M. Rossi e Marisa von Bülow. (Org.). Social movement dynamics. New perspectives in theory and research from Latin American. 1ed. Canada: ASHGATE, 2015, v. 1.
- Alvarez, S., 1998. Latin American Feminisms "Go Global": Trends of the 1990s and Challenges for the New Millennium, In: S. Alvarez, Alvarez, E. Dagnino, and A. Escobar, eds. *Cultures of Politics. Politics of Cultures: re-visioning Latin American social movements*. Boulder: Westview Press, pp 293-324.
- Alvarez, S, 2014. E. Para Além da Sociedade Civil: Reflexões sobre o Campo Feministas. *Cadernos PAGU*, (43), janeiro-junho, 13-56.
- Azeredo, S.1994. Teorizando sobre Gênero e Relações Raciais. *Estudos Feministas*, N.E, 203-216.
- Bairros, 1995. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, 02, pp. 458-463.
- CALDWELL, K. L, 2000. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 91-108, 2000.
- Caldwell, K. L., 2007. *Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the Politics of Identity*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Carneiro, S., 2003. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), pp. 117-132.
- Castells, M. 2013. *Redes de Indignação e Esperança*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Davis, A, 1981. *Women, Race and Class*. New York: Random House
- Gonzalez, L., 1982. A mulher negra na sociedade brasileira. In: M. Luz, ed. *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp. 87-104.
- Grossi, M, 2004. A Revista Estudos Feministas Faz 10 Anos; Uma Breve História do Feminismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, set-dez, ano; vol. 12, número especial, PP.211-221.
- Hooks, b, 1981. *Ain't I a Woman: black women and feminism*. Boston: South End Press.
- Machado, F. V. 2013. *Do Estatal à Política: uma Análise Psicopolítica das Relações entre o Estado e os Movimentos e Juventude e LGBT no Brasil (2003-2010)*. 2013. 288 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- Machado, F.; Rodrigues, C, 2015. Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: Machado, F; Massola, G; Ribeiro, M. (Org.). *Estado, Ambiente e Movimentos Sociais*. 1ed. Florianópolis: Abrapso Editora, 2015, p. 22-45.
- McCaughey, M.; Ayers, M, 2003. *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*. London: Routledge.
- Moraga, C; Anzaldúa, G,1981. *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color*. Wintertown, Mass. Persephone Press.

- Pacheco, A. 2002. Raça, gênero e política na trajetória de uma mulher negra chamada Zeferina. In: H. B. Almeida, R. G. Costa and M. C. Ramirez, eds. *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EUSF.
- Perry, Keisha-Khan, 2008. Politics is Uma Coisinha de Mulher (a Woman's Thing): Black Women's Leadership in Neighborhood Movements in Brazil. In: R. Stahler-Sholk, H. E. Vanden and G. D. Kuecker, eds. *Latin American Social Movements in the Twenty-First Century: Resistance, Power, and Democracy*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, pp.197-212.
- Postill, J. 2016. Doing Remote Ethnography. In: Hjorth, L; Horst, H; Galloway, A; Bell, G. *Routledge Companion to Digital Ethnography*. London: Routledge.
- Pinto, C. R. J. 2003. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.
- Ribeiro, M., 1995. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga e Beijing. *Estudos Feministas*, 02, pp. 446-457.
- Rodrigues, C., 2006. *As Fronteiras entre Raça e Gênero na Cena Pública Brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Rodrigues, C, 2014. Movimentos Negros, Estado e participação institucional no Brasil e Colômbia em perspectiva comparada. 2014. 250f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.
- Rodrigues, C; Prado, M. 2010. Movimento de Mulheres Negras: Trajetória Política, Práticas Mobilizatórias e Articulação com o Estado Brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 22, p. 445-456.
- Rodrigues, C.; Prado, M. 2013. History of the Black Women's Movement in Brazil: Mobilization, Political Trajectory and Articulations with the State. *Social Movement Studies (Print)* v. 12, p. 158-177.
- Roland, E., 1995. Direitos Reprodutivos e Racismo no Brasil. *Estudos Feministas*, 02, pp. 506-514.
- Roland, E., 2000. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: A.S. A. Guimarães and L. Huntley. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Sardenber, C, 2015. Brazilian Feminisms in Global Spaces: Beijing and Beijing+20. *IDS Bulletin* Volume 46 Number 4 July.
- Soares, V., 1994. *Movimento Feminista: paradigmas e desafios*. *Estudos Feministas*. S.N., 1994, p. 11-24.
- Soares, V, 1998. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: *Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- Soares, V., 2000. O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. In: A. S. A. Guimarães and L. Huntley, eds. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Werneck, J, 2010. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, 1:1, mar-jun, 9-17.